

# Riella nega que política social agrave problema

O secretário de Trabalho do GDF, Renato Riella, ameaçou processar judicialmente o deputado federal Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), em razão do artigo que o parlamentar publicou na imprensa de Brasília. "Irresponsável", foi como Riella definiu a posição do deputado, que, no texto, acusa o governador Joaquim Roriz de promover uma "migração induzida" e um "populismo assistencial". A indignação do secretário foi o toque polêmico de sua palestra sobre a migração e a Lei Orgânica do Distrito Federal, que ele proferiu no auditório do Palácio do Buriti, durante o I Fórum Nacional Sobre Migração.

Falando em nome do governo do Distrito Federal, Riella disse que a expectativa do Buriti em relação à Lei Orgânica do DF "é a de que ela venha definir os modos pelos quais possamos agir sem o constrangimento e a pressão sem fundamento motivados pela oposição como no caso do deputado Sigmaringa Seixas". O secretário espera que, uma vez votada e aprovada a Lei, "se tenha uma definição legal sobre a ocupação do solo, já que 70 por cento das terras disponíveis do Distrito Federal estão sob a tutela e responsabilidade do GDF".

Essa situação do governo local,

*Com críticas a políticos de oposição,*

*Riella defendeu a urgência de uma Lei Orgânica moderna que direcione o adequado uso do solo*

"de zelar e proteger terras teoricamente sem dono", é vista pelo secretário como "extremamente difícil, advindo dela alguns problemas cruciais, como a invasão indiscriminada e as agressões ao meio ambiente. Outra expectativa de Riella em relação à Lei Orgânica é a de um Plano Diretor "de vanguarda, respeitando e admitindo a situação especial, peculiar, que caracteriza Brasília". Ao mesmo tempo em que pleiteia "a preservação do Plano Piloto como Patrimônio Cultural da Humanidade", o secretário cobra coerência à sociedade que, segundo ele, "não está ajudando, e às vezes até inibindo, ações de renovação e desenvolvimento sociais, como no caso do metrô de superfície".

O tema "migração", na fala de Riella, foi permeado sempre pela crítica ao comportamento dos partidos políticos de oposição ao governo Roriz: "Durante a última campanha política, na qual fui o coordenador de mídia do governador, sempre re-

chacei os números que nossos opositores alardeavam, sobre uma hipotética explosão populacional". O secretário lembrou, por exemplo, o número de dois milhões de habitantes, que, à época, "foi divulgado pela oposição como sendo a população do DF". E apresentou os números da Codeplan: "Somos um milhão, 776 mil e 112 pessoas, muito menos do que os nossos detratores pintavam como pesadelo — e a Ceilândia, que eles diziam ter por volta de 900 mil habitantes, na verdade tem cerca de 600 mil.

Mesmo admitindo a migração como um processo ainda em andamento no Distrito Federal, Riella o põe em segundo plano, quando confrontado com o recrudescimento do fenômeno social chamado "fundo-de-quintal". A partir da taxa de crescimento anual do DF, em termos de população — "crescemos 4,2 por cento ao ano, quando, na década de 60, a taxa era de sete por cento" —, o secretário entende que

a futura Lei Orgânica "terá que munir o governo de meios legais para reprimir a verdadeira exploração humana que acontece nesses fundos-de-quintal, nos quais, muitas vezes, além do aluguel injusto, mais de dez famílias têm que usar o mesmo sanitário, como o próprio governador teve a oportunidade de constatar, em suas andanças pelas satélites de Brasília".

Riella entende, também, que a migração "é um problema sem solução, pelo direito constitucional do ser humano de ir e vir; por ser Brasília um grande centro; devido às cartas que os invasores mandam aos parentes, pedindo que venham; pela tradição histórica da cidade, que nasceu chamando gente para cá — e pela ação de alguns políticos e latifundiários, que expulsam do campo as pessoas e as forçam a migrar". Ainda assim, o secretário se recusa a se curvar ao desespero: "Migração não é o apocalipse".

